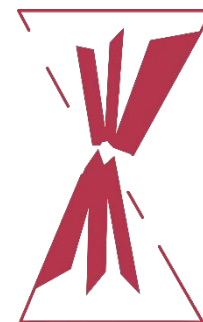


## ***O Múltiplo no Tratado do Amor Cortês de André Capelão***

*The Multiple in The Art of Courtly  
Love by Andreas Capellanus*



CARVALHO, Ligia Cristina\*

**RESUMO:** O *Tratado do Amor Cortês* (2002) foi escrito no século XII por André Capelão. Composta por três livros, a obra tornou-se alvo de estudo e de polêmicas, principalmente, em razão da discrepância entre os dois primeiros livros e o terceiro. Enquanto no primeiro e no segundo livro vislumbramos o enaltecimento da prática do amor denominado cortês e a exaltação do feminino, no terceiro e último livro o autor assume uma postura oposta, enumerando os males ocasionados por esse amor dito profano e vilipendiando as mulheres. Neste artigo, buscamos pensar a discrepância do *Tratado* partindo da identificação do autor e das vozes presentes na composição da obra, para tanto pautamos a nossa análise pelos princípios teóricos e metodológicos da Análise de Discurso que nos possibilitou averiguar a polifonia constitutiva da obra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise de Discurso; Literatura Medieval; Amor cortês.

**ABSTRACT:** *The Art of Courtly Love* (2002) was written in the twelfth century by Andreas Capellanus. Composed by three books, the work became the subject of study and controversy mainly due the discrepancy between the first two books and the third. While in the first and second books one can see the praising of the practice of love called courteous and the exaltation of the feminine, in the third and last book the author takes an opposite stance, enumerating the evils caused by this profane love, while vilifying women. In this article we seek to think about the discrepancy of *The Art of Courtly Love* starting from the identification of the author and the voices found in the composition of the work, therefore our analysis is based on the theoretical and methodological principles of Discourse Analysis, which enabled us to find out the constitutive polyphony of the work.

**KEYWORDS:** Discourse Analysis; Medieval Literature; Courteous Love.

*Recebido em: 27/04/2019  
Aprovado em: 18/10/2019*

---

\* Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), *campus* de Assis, estado de São Paulo (SP), Brasil. Este artigo é produto da tese de doutorado realizada no Programa de Pós-graduação em História da UNESP/Assis, sob a orientação do Prof. Dr. Ruy de Oliveira Andrade Filho. E-mail: licris2002@gmail.com.

Não sei quem sou, que alma tenho.  
Quando falo com sinceridade não sei com que sinceridade falo.  
Sou variamente outro do que um eu que não sei se  
existe (se é esses outros)...  
Sinto crenças que não tenho.  
Enlevam-me ânsias que repudio.  
A minha perpétua atenção sobre mim perpetuamente me ponta  
traições de alma a um carácter que talvez eu não tenha,  
nem ela julga que eu tenho.  
Sinto-me múltiplo.  
Sou como um quarto com inúmeros espelhos  
fantásticos  
que torcem para reflexões falsas  
uma única anterior realidade que não está em nenhuma e está em todas.  
Como o panteísta se sente árvore (?) e até a flor, eu sinto-me vários seres.  
Sinto-me viver vidas alheias, em mim, incompletamente,  
como se o meu ser participasse de todos os homens,  
incompletamente de cada (?),  
por uma suma de não-eus sintetizados num eu postiço.  
Fernando Pessoa (1966, p. 93)

## Seguindo os rastros de André Capelão

O *Tratado do Amor Cortês* foi escrito por André Capelão na segunda metade do século XII. A obra está dividida em três livros. O Livro I é composto de onze capítulos, o Livro II contém oito capítulos, já o Livro III consiste em um texto único, sem divisões. Enquanto nos dois primeiros livros o autor exalta o amor cortês, descrevendo-o e ensinando as formas de conquistá-lo e mantê-lo, o terceiro e último livro é marcado por uma crítica sistemática ao sentimento amoroso que o homem direciona à mulher, alvo de inúmeros julgamentos depreciativos. Essa dicotomia entre os dois primeiros livros e o terceiro tornou-se alvo de diversas interpretações focadas principalmente no autor. Todavia, as informações sobre André Capelão são concisas e partiram das poucas referências contidas em sua obra *Tratado do Amor Cortês* (o único livro conhecido e que chegou até nós).

A precisão quanto à data de composição do *Tratado* ainda é alvo de discussões entre os historiadores. Das diferentes teses levantadas, a que nos parece mais plausível é a de Felix Schlösser. No diálogo C do *Tratado*, entre um plebeu e uma mulher de alta nobreza, encontramos a menção a um rei da Hungria que, desprovido de qualidades físicas, destacava-se por suas virtudes (ANDRÉ CAPELÃO, 2002, p. 56-57). Segundo Felix Schlösser (1964) esse rei era provavelmente Bela III, e tal suposição ganha ainda mais força pelo fato de André Capelão mencionar novamente a Hungria no diálogo E, no qual, a dama afirma: “Prefiro ficar na França e contentar-me com alguma moeda ruim, tendo a liberdade de ir aonde me agrada, a estar em poder de outrem, ainda que coberta de dinheiro da Hungria, pois nesse caso ser rica é nada possuir” (ANDRÉ CAPELÃO, 2002, p. 78). Ainda que essa comparação entre a liberdade sem recursos e a escravidão

provida de riqueza seja lugar comum em provérbios medievais, ela é aplicável ao terceiro casamento, ocorrido em 1186, do rei Bela III (1148-1196), da Hungria, com Margarida da França (1158-1197), filha do rei Luís VII (1120 - 1180). A pompa que envolveu esse casamento e o cortejo imponente que acompanhou Margarida à Hungria seguramente repercutiram no período, tanto mais porque a Hungria era considerada terra de bárbaros, por vezes comparados aos hunos, dos quais deriva seu nome. Tal associação adquire maior respaldo pelo fato de Margarida da França ser meia-irmã de Maria de Champagne (1145-1198), filha do primeiro casamento do rei Luís VII com Eleonora da Aquitânia (1124 - 1204), constantemente citada no texto. Logo, é provável que o *Tratado do Amor Cortês* tenha sido composto entre os anos de 1185 e 1187.

Partindo da datação do *Tratado*, André Capelão viveu no século XII e, entre 1182 e 1186, seu nome aparece como testemunha em inúmeros títulos de propriedades (BURIDANT, 2002). Um desses títulos foi concedido pela já citada Maria de Champagne, conhecida patrona literária, tanto que Moshe Lazar afirma que “não é impossível que Maria de Champagne tenha sido inspiradora dessa obra” (LAZAR, 1954, p. 268). Essa associação entre André Capelão e Maria de Champagne torna-se mais consistente devido ao fato do nome da condessa ser mencionado diversas vezes na obra. Porém, Georges Duby refuta tal tese em relação ao *Tratado* asseverando que “André, com toda a evidência, não o compôs ‘sob a inspiração de Maria de Champagne’ como alguns o dizem e escrevem ainda” (DUBY, 2001, p. 146).<sup>1</sup> De qualquer forma, o que podemos constatar é que existia um mecenato benévolo à literatura no momento em que André Capelão escreveu sua obra.

A falta de exatidão em relação à autoria e à datação da obra é característico da Alta Idade Média (séculos IV – X). Nos seus estudos *The Humility Formula in Middle High German Poets*, Julius Schwietering afirma que com o cristianismo ocorre a censura em relação à indicação do nome do autor, tal como podemos aferir nos preceitos de Salviano (c. 400- c.450), Sulpício Severo (c. 363- c. 425) e outros, que admoestam os escritores contra o pecado da *vanitas terrestris*. Caso o autor mencione seu nome, é na tentativa de “alcançar, com as preces dos ouvintes e leitores, o perdão dos pecados” (SCHWIETERING *apud* CURTIUS, 1957, p. 629), ou ainda porque o nome de seu comitente é mencionado também. Porém, não são somente admoestações religiosas que explicam o anonimato. O fato das obras serem frequentemente lidas em voz alta fazia com que os ouvintes aclamassem meramente a sua leitura, tendo pouca importância as distinções entre autor e intérprete. Quando redigido objetivando à leitura performática, o

---

<sup>1</sup> Nesta obra, Georges Duby não justifica essa afirmação, mas na obra *As três ordens ou o Imaginário do Feudalismo* (DUBY, 1982) o autor oferece uma explicação para tal asseveração.

texto não necessita se ater a todos os rigorismos da escrita, tal como a menção à origem da compilação e ao autor responsável. De acordo com Arnold Hauser (1972. v.1), foi com os noruegueses que a nítida distinção entre o poeta e o recitador teve início e, a partir da Idade Média Central (século XI-XIII), a menção do nome torna-se mais frequente, inclusive, o monge cluniacense Pedro de Poitiers justifica tal prática e censura a omissão do nome do autor em uma carta-dedicatória escrita, por volta 1140, para Pedro, o Venerável, abade de Cluny:

Se alguém se indignar comigo, por ter-me atrevido a assinar alguns trabalhos com meu nome e a acrescentá-los a vossos livros, saiba que isto não é devido a minha presunção, mas a vossa ordem, a que não ousou desobedecer. Pois, como em todas as coisas, nessa também não tenho dúvida em atender-vos, não por arrogância – que o Senhor sempre a mantenha longe de mim! -, mas por obediência submissa, sobretudo por saber que muitos homens de religiosidade e humildade comprovada adotaram outrora, prazerosamente, prática semelhante. Decerto prefiro imitar a esses, neste nosso opúsculo, por mais modesto que seja, a seguir certos escritores de nossa época, que suprimem seu nome em toda parte, por uma espécie de cautela ou imperícia. Incorrem, assim, na loucura dos escritores apócrifos que, temendo a acusação de falsidade ou de heresia, em parte alguma indicaram seu nome. Ninguém, pois, me condene aqui, antes do tempo, mas entregue-me a Deus, e a minha consciência, escrevendo por sua conta, se quiser, Ovídio sem título. (CURTIUS, 1957, p. 631-632)

Para Eni Pulcinelli Orlandi (2008, p. 81), ainda que se possa falar de uma prática e até mesmo da figura de escritor no período medieval, a noção de autor tem uma emergência muito lenta e se situa entre o século XVI a XIX. Entretanto, podemos considerar que no século XII os poetas retomam o cuidado com a questão da autoria, precaução que podemos associar a um aspecto mais geral que foi a emergência do eu decorrente da crescente valorização do indivíduo. Os romancistas medievais Chrétien de Troyes e Maria de França, por exemplo, mencionam seus respectivos nomes em suas obras, tal como André Capelão que, em uma passagem do *Tratado do Amor Cortês*, reporta-se a si próprio como André, Capelão da corte real.

O trecho citado acima conciliado com a análise da obra nos ajudam a traçar as poucas informações sobre o autor. A formação clerical de André Capelão pode ser atestada por certos elementos, tal como o domínio do latim, as inúmeras referências bíblicas e o discurso religioso presente no Livro III do *Tratado*. Apesar de pertencer ao clero, André Capelão residia na corte, fato evidenciado no Livro I e no Livro II, impregnado de concepções seculares características deste ambiente e de sua máxima forma de expressão, a literatura. Mas o que representava ser capelão da corte real? O termo capelão foi utilizado pela primeira vez por volta do ano 316 a 400 d. C. para

designar um padre que cuidava da capela de Martinho de Tours (c.316-397).<sup>2</sup> Durante o final do Império Romano a capelania tornou-se uma ação institucionalizada de assistência espiritual-religiosa, conforme o registro do historiador Sozomeno (c. 400 - c. 450), em *História Eclesiástica*, escrita por volta de 439-450 d. C., Sozomeno relata as medidas tomadas por Constantino nas investidas militares:

[...] cada vez que devia afrontar a guerra, costumava levar consigo uma tenda disposta a modo de capela, para quando viessem a encontrar-se em lugares solitários, nem ele nem o seu Exército fossem privados de um lugar sagrado onde pudessem louvar ao Senhor, rezar em comum e celebrar os ritos sagrados. Seguiam-no o sacerdote e os diáconos com encargo de atender ao local sagrado e de nele celebrar as funções sagradas. Desde aquela época, cada uma das Legiões Romanas tinha a sua tenda-capela, assim como os seus sacerdotes e diáconos adstritos ao serviço sagrado. (SOZOMENO *apud* NUNES, 2013, p. 97)

“Capelão” era então o sacerdote cuja obrigação era cuidar da capela, assumindo a função de líder e conselheiro espiritual do rei e seu séquito, e tal posto foi se consolidando ao longo dos séculos. Como salienta Claude Buridant (2002, p. X), “*Capellanus* sem dúvida designa, de saída, o capelão vinculado a uma capela real ou senhorial e encarregado do serviço divino: essa função só podia ser exercida por um padre”, porém, nas cortes medievais importantes era comum que o santo ministério fosse exercido por *archicapellarii* que, geralmente, eram abades, arcebispos e bispos, ao passo que os capelães desempenhavam as funções de secretário: “Assim, nos documentos históricos, *capellanus* costuma ter sentidos muito próximos de *notarius* (na acepção: escriba da chancelaria real), de ‘secretarius’ (na acepção: secretário, escriba confidencial), ou de *cancellarius* (na acepção: notário da chancelaria real)” (BURIDANT, 2002, p. X). Todavia, o autor prossegue afirmando que, ainda que o termo capelão não nos permita assegurar que André Capelão era padre, indícios presentes no *Tratado do Amor Cortês*, tal como sua insistência em afirmar que Deus concede aos clérigos privilégios divinos, sugerem que André Capelão era ordenado.

---

<sup>2</sup> Martinho, bispo de Tours, é considerado o pai do monasticismo na Gália. Filhos de pais pagãos, nasceu na Panônia, em Sabaria e, antes de sua conversão ao cristianismo, serviu no exército romano, coagido por seu pai, que era oficial. Fundou o primeiro mosteiro da Gália e depois o de Marmoutier, nos arredores de Tours. Por volta de 372 aceitou o bispado de Tours. Martinho morreu em 397 e, venerado como santo, tornou-se “o primeiro santo não mártir a receber culto oficial da Igreja Católica”. No período final da Idade Média, Martinho, Pedro e Maria, eram os três patronos mais populares da Europa Ocidental e, desde o reconhecimento de Clóvis, que seguiu para combater os visigodos em 507, São Martinho tornou-se o santo protetor da monarquia francesa. (JUDIC, 2013; LOYN, 1997; NUNES, 2013)

## Do sujeito ao verbo

Diante das concisas informações sobre André Capelão, fomos levados a indagar sobre a questão do sujeito e, conseqüentemente, a acepção de autor. Conforme Ingedore G Koch (2003), a concepção do sujeito caminha de acordo com a concepção de língua adotada. Ao conceber a língua como representação do pensamento, temos o sujeito psicológico, o sujeito centro, individual, visto como um *ego* que representa pela fala aquilo que foi mentalizado. Existe, então, na utilização da linguagem, um predomínio da consciência individual em um sujeito dono de sua vontade, de sua fala e de suas ações. Neste caso, espera-se que o interlocutor desvende com o ato de interpretação a intenção do sujeito.<sup>3</sup> Essa liberdade do sujeito concebido como fonte da linguagem é postulada pelas teorias da enunciação, cujo principal expoente é Émile Benveniste (1988; 1989). Por este viés, o nosso maior desafio seria captar o que André Capelão intencionava ao redigir o *Tratado*, qual era seu propósito ao elaborar uma obra na qual o terceiro livro contradiz o primeiro e o segundo livro, posto que o autor, enquanto sujeito consciente, é senhor único de sua fala.

Tal liberdade conferida ao domínio da fala, segundo Régine Robin (1977, p. 25), “[...] inscrevia-se numa Filosofia do sujeito neutro, transparente a si próprio (uma Filosofia de antes da descoberta freudiana), e naquela de um sujeito sem determinações sócio ideológicas (uma Filosofia de antes de Marx)”. Desta forma, predominava a concepção de um sujeito “sem inconsciente, sem pertencer a uma classe, sem ideologia” (ROBIN, 1977, p. 41). Entretanto, influenciada pelo materialismo, pela psicanálise e pela linguística-estrutural, a Análise de Discurso de linha francesa não considera o sujeito como centro do discurso.

Para Maria do Rosário Gregolin, as visões de Marx e Freud são “estruturalistas”<sup>4</sup> na avaliação das estruturas profundas:

Ambos entendem os fenômenos sociais ou comportamentais como obrigatoriamente condicionados por forças impessoais (o Capitalismo, o Superego), deslocando, desde então, o problema do estudo da consciência ou das escolhas individuais para um quadro bem mais amplo, dos macro-sistemas. Para Marx e Freud o sujeito resulta de uma construção, deriva de sistemas impessoais (no marxismo, o sistema econômico; na psicanálise, o inconsciente; na antropologia estrutural de Lévi-Strauss, as relações de parentesco

---

<sup>3</sup> Neste sentido, “[...] Locke (1689) dizia que a comunicação verbal é uma fonte de *telementation*, ou seja, a transmissão exata de pensamentos da mente do falante para o ouvinte. Compreender um enunciado constitui, assim, um evento mental que se realiza quando o ouvinte deriva do enunciado o pensamento que o falante pretendia veicular” (KOCH, 2003, p. 14).

<sup>4</sup> Embora a afirmação feita por Maria do Rosário Gregolin de que as visões de Freud são estruturalistas não seja de todo equivocada, acreditamos ser temeroso utilizá-la, porém o faremos com referência à autora.

determinadas pelo totemismo). Os indivíduos, por conseguinte, nem produzem nem controlam os códigos e as convenções que regem e envolvem a existência social, a vida mental ou a experiência linguística. (GREGOLIN, 2004, p. 33)

Aqui vemos predominar a concepção de um sujeito “assujeitado”, determinado, que condiz com a noção de língua como estrutura (KOCH, 2003). O sistema, seja linguístico ou social, tornar-se o caminho explicativo para toda ação individual de um sujeito agora concebido como sujeito social, “inconsciente”, que não é a fonte de seu dizer nem dono de sua vontade. O sujeito é determinado pelo inconsciente e pela ideologia sendo, em resumo, um sujeito ideológico.

Dotado de inconsciente e interpelado pela ideologia, o sujeito tem a ilusão de ser a fonte de seu dizer e acredita na transparência do sentido do que é dito. Ora, nesta perspectiva, quem fala é o inconsciente, o *id*, e não o *ego*, e conforme Lacan “[...] o sujeito não sabe o que diz, visto que ele não sabe o que é” (KOCH, 2003, p. 15).

De acordo com Fernanda Mussalim (2001), na primeira fase da Análise de Discurso<sup>5</sup> com Pêcheux, o sujeito não poderia ser concebido como fonte do próprio discurso, isso porque cada processo discursivo é produzido por uma “máquina discursiva”. O sujeito encontra-se, então, assujeitado à maquinaria e “quem de fato fala é uma instituição, ou uma teoria, ou uma ideologia” (POSSENTI 1996, p. 49).

Porém, com a incorporação da noção de Formação Discursiva de Michel Foucault, ocorre uma alteração da noção de sujeito. Tal como a Formação Discursiva, o sujeito também é concebido como dispersão, substituindo a concepção de unidade do sujeito que marca a primeira fase. O sujeito pode então assumir diversos papéis, de acordo com os diferentes lugares de onde enuncia e são essas posições que determinam o que pode e deve ser dito. Portanto, essa liberdade do sujeito em assumir diferentes posições é apenas aparente, posto que ele sofre coerções das Formações Discursivas da qual

---

<sup>5</sup> Ao longo dos séculos XIX e XX, a linguagem passou a ocupar cada vez mais um lugar de destaque entre as ciências humanas e sociais. Um grande número de autores buscou estabelecer diálogos entre a epistemologia das ciências humanas e a filosofia por meio da linguagem, num movimento que mesclava afirmar a cientificidade das humanidades e ao mesmo tempo superar (na medida do possível) os preceitos metafísicos da filosofia em favor da epistemologia. Alguns dos autores que colaboraram para esse movimento, que nos dizem respeito diretamente, são: Ferdinand de Saussure (1857-1913), Mikhail M. Bakhtin (1895-1975) Roman Jakobson (1896-1982), Jacques Lacan (1901-1981), Émile Benveniste (1902-1976), Claude Lévi-Strauss (1908-2009), Paul Ricoeur (1913-2005), Roland Barthes (1915-1980), Gilles Deleuze (1925-1995), Michel Foucault (1926-1984) e Michel Pêcheux (1938-1983). Certamente, ao remeter à filosofia da linguagem não poderíamos esquecer autores como Ludwig Wittgenstein (1889 - 1951), Martin Heidegger (1889 - 1976), Jürgen Habermas (1929), Hans-Georg Gadamer (1900 - 2002), Umberto Eco (1932 - 2016) e ainda outros, mas estes não tiveram o mesmo peso que àqueles anteriormente citados para o projeto específico da Análise do Discurso, mas sim uma força maior no campo da semiótica e da hermenêutica. Em relação ao primeiro grupo, embora alguns autores não sejam totalmente convergentes no que tange ao conceito que cada um propôs acerca do discurso e da questão da autoria, nossa intenção neste texto consiste em apresentar algumas das principais percepções acerca do tema no sentido de trazer ao leitor uma visão holística acerca do discurso, do sujeito e do autor na obra Tratado do Amor Cortês de André Capelão.



enuncia e esta é regulada por uma formação ideológica (MUSSALIM, 2001, p. 101-139), no caso do sujeito medieval, a interpelação é sobretudo religiosa e isso fica patente na obra de André Capelão. Aqui cabe uma colocação de Jacques Le Goff: “[...] na Idade Média, e isso é que é determinante, havia o predomínio de um pensamento religioso. A Bíblia permanece como texto de referência explicando o universo e a sociedade e regulando os comportamentos culturais, políticos e sociais” (LE GOFF, 2013, p. 34-35). Existia portanto um monopólio discursivo da Igreja.

Para Michel Foucault (2010, p. 132-133; 2012, p. 25) o discurso é “[...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; [...] para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência”, e o autor não deve ser considerado o responsável pela produção do discurso, mas como “princípio de agrupamento do discurso” sob a forma de texto. Assim, o texto se constitui de enunciados, e um único texto pode ser composto de enunciados provindos de diferentes discursos. Ainda para Foucault, diferente das enunciações que possuem uma individualidade espaço-temporal e não se repetem, a concepção de enunciado pressupõe uma materialidade repetível (FOUCAULT, 2010, p. 114-115). Mesmo não sendo “original”, “inédito”, podemos considerar que o *Tratado do Amor Cortês* é único na medida em que articula, em um determinado contexto de produção, diferentes discursos que se realizam por meio de enunciados.

Assim, o autor é uma função que possibilita organizar o universo discursivo. Porém, segundo Foucault, “antes do fim do século XVIII, o homem não existia” (FOUCAULT, 2007, p. 425), foi na passagem da Idade Clássica para a Modernidade, com a virada do século XIX, que se dá o surgimento do homem que assumiu uma “posição ambígua de objeto para um saber e de sujeito que conhece” (FOUCAULT, 2007, p. 328). Desta forma, Foucault não reconhece a existência do autor antes do século XVIII. Caberia uma discussão sobre como a modernidade pensa e elabora a própria concepção de autor, o que fugiria de nosso objetivo primeiro.

Partiremos então para a noção da língua como lugar de interação que acarreta uma reelaboração da concepção do sujeito.<sup>6</sup> Em razão do processo dialógico, temos um sujeito mais ativo, definido de forma menos “estruturalista”, que não só reproduz o social como também participa da própria definição da situação na qual se encontra. Com a recepção de Mikhail M. Bakhtin, os trabalhos de Jacqueline Authier-Revuz e o primado do interdiscurso, temos então um sujeito heterogêneo, “[...] um sujeito que se cinde porque átomo, partícula de um corpo histórico-social no qual interage com outros

---

<sup>6</sup> Ver BRANDÃO (2003), KOCH (2003) e MUSSALIM (2001).



discursos, de que se apossa ou diante dos quais se posiciona (ou é posicionado) para construir sua fala” (BRANDÃO, 2003, p. 53).<sup>7</sup>

Ao pensar a linguagem em termos de interação social, o sujeito só pode ser considerado como um sujeito social, cuja constituição ocorre na interação entre o “eu” e o “outro”, em outras palavras, é na relação com a alteridade que se estabelece a identidade. Percebe-se que as teorias do inconsciente estão presentes uma vez que o “outro”, o inconsciente, torna-se parte da própria identidade. Dito isto, a heterogeneidade mostrada e constitutiva evidencia a presença do “outro” no *Tratado do Amor Cortês* que, atravessado por uma multiplicidade de vozes, é uma construção polifônica.

A obra de André Capelão apresenta elementos tanto da heterogeneidade mostrada quanto da heterogeneidade constitutiva do discurso. Esses dois níveis de heterogeneidade foram evidenciados por Jacqueline Authier-Revuz (1982), que denomina heterogeneidade mostrada aquela que é de domínio da textura do discurso, ou seja, quando conseguimos localizar na superfície do texto um discurso outro. A heterogeneidade mostrada pode ser ainda dividida entre a marcada e a não marcada. As formas não marcadas ocorrem por meio do discurso indireto livre, antíteses, alusões, ironia, enquanto que as formas marcadas se fazem presentes pelo discurso direto e indireto, pelo uso de aspas, itálico, glosas, etc. Diferente da heterogeneidade mostrada, a heterogeneidade constitutiva não é identificada na superfície do texto e ocorre quando o discurso é dominado pelo interdiscurso, presente na memória discursiva, em outras palavras, o discurso se constitui por meio da relação que mantém com o outro. E, devido à heterogeneidade constitutiva, o discurso não se estabelece como um espaço “estável”, “fechado” e “homogêneo”, contudo, tal fator não o impede de estar imerso em um espaço controlado pela formação ideológica a qual pertence, sofrendo suas coerções (AUTHIER-REVUZ, 1982; MAINGUENEAU, 2012; MELO, 2009; MUSSALIM, 2001).

André Capelão representa um sujeito dividido e apresenta em sua obra discursos diversos. O interessante no *Tratado do Amor Cortês* é a distribuição desses discursos. Nas três partes da obra podemos vislumbrar a coexistência de diferentes discursos, porém, a preeminência do discurso cortês no Livro I e no Livro II, cede lugar à hegemonia do discurso religioso do Livro III. A obra (ANDREAE CAPELLANI – REGII FRANCORUM, 1972) encontra-se dividida da seguinte forma:

---

<sup>7</sup> Conforme coloca Ana Paula Tavares Magalhães: “Humana em sua origem, em sua construção e em suas finalidades, a linguagem é pulsante, trai emoções – por mais racional que se pretenda – e evidencia contradições internas ao próprio homem” (MAGALHÃES, 2015, p. 12).

“Prefácio

PRIMEIRO LIVRO: Abordagem do tratado do amor

Cap. I: O que é o amor

Cap. II: Entre quem é possível esse amor

Cap. III: De onde vem dito amor

Cap. IV: Quais são os efeitos do amor

Cap. V: Quais pessoas são aptas para amar

Cap. VI: Com adquirir o amor e quais as maneiras

A. Fala do plebeu a uma plebeia

B. Fala do plebeu a uma nobre

C. Fala do plebeu a uma mulher de alta nobreza

D. Nobre a uma plebeia

E\*<sup>8</sup>. Fala do nobre à uma nobre

F. Fala de um homem de alta nobreza a uma plebeia

G. Fala de um homem de alta nobreza a uma nobre

H. Fala de um homem de alta nobreza a uma mulher de alta nobreza

Cap. VII: Do amor dos clérigos

Cap. VIII: Do amor das religiosas

Cap. IX: Do amor pelo dinheiro adquirido

Cap. X: Da facilidade de conceder algo que foi solicitado

Cap. XI: Do amor dos rústicos

Cap. XII: Do amor das meretrizes

SEGUNDO LIVRO: Como manter o amor

Cap. I: Como preservar o amor adquirido

Cap. II: Como o perfeito amor pode aumentar

Cap. III: Como o amor diminui

Cap. IV: Como termina o amor

Cap. V: Dos sinais do amor recíproco

Cap. VI: Se um dos amantes infringir a fé do outro amante

Cap. VII: Dos vários julgamentos de amor

(I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI)

Cap. VIII: Das regras do amor

TERCEIRO LIVRO: Da condenação do amor” (ANDREAE CAPELLANI – REGII FRANCORUM, 1972, p. 365- 367, tradução nossa)<sup>9</sup>

O *Tratado do Amor Cortês* parece ecoar *Ars Amatoria* e *Remedia Amoris*, ambas composta por Ovídio (43 a.C.–17/18 d.C.). Nos cinco primeiros capítulos do primeiro livro que descrevem o amor e seus efeitos vislumbramos elementos da tradição ovidiana. Conforme o editor da versão italiana, Salvatore Battaglia (*apud* BURIDANT, 2002, p. XLVIII- XLIX): “Depois de algumas páginas de introdução, o tratado abandona o texto

<sup>8</sup> Provavelmente devido a um erro, dois diálogos são designados com a mesma letra no original.

<sup>9</sup> Praefatio/ LIBER PRIMUS: Accessus ad amoris tractatum/ Cap. I: Quid sit amor/ Cap. II: Inter quos possit esse amor/ Cap. III: Um dedicatur amor/ Cap. IV: Quis sit effectus amoris/ Cap. V: Quae personae sint aptae ad amorem/ Cap. VI: Qualiter amor acquiratur et quot modis/ A. Loquitur plebeius ad plebeiam/ B. Loquitur plebeius nobili/ C. Loquitur plebeius nobiliori feminae/ D. Nobilis plebeiae/ D\*. Loquitur nobilis nobili/ E. Loquitur nobilior plebeiae/ F. Loquitur nobilior nobili/ G. Loquitur nobilior nobiliori/ Cap. VII: De amore clericorum/ Cap. VIII: De amore monacharum/ Cap. IX: De amore per pecuniam acquisito/ Cap. X: De facili rei petita concessione/ Cap. XI: De amore rusticorum/ Cap. XII: De amore meretricum/ LIBER SECUNDUS: Qualiter amor retineatur/ Cap. I: Qualiter status acquisiti amoris debeat conservari/ Cap. II: Qualiter perfectus amor debeat augmentari/ Cap. III: Qualiter amor minuatur/ Cap. IV: Qualiter finiatur amor/ Cap. V: De notitia mutui amoris/ Cap. VI: Si unus amantium alteri fidem frangat amanti/ Cap. VII: De variis iudiciis amoris (I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI)/ Cap. VIII: De regulis amoris/ LIBER TERTIUS :De reprobatione amoris. (ANDREAE CAPELLANI – REGII FRANCORUM, 1972, p. 365- 367)

ovidiano e volta-se para os temas contemporâneos com uma determinação mais significativa porque teria sido fácil, para André Capelão, continuar no caminho que ele já começara a trilhar”. No prólogo da versão castelhana (ANDREAS CAPELLANUS, 1985), Inés Creixell Vidal-Quadradas considera que Ovídio, além de ser a “autoridade” clássica mais citada, é a principal fonte estrutural de André Capelão.

Não podemos desconsiderar que Ovídio gozava de grande notoriedade na época da composição do *Tratado*, tanto que o filólogo alemão Ludwig Traube denominou *aetas ovidiana* (idade ovidiana) o período da literatura medieval, em latim e em vernáculo, que floresceu no cenário cultural do século XII. Contemporâneos de André Capelão, Maria de França e Chrétien de Troyes também mencionam o poeta latino em suas obras, este último teria inclusive traduzido *Remedia Amoris* e *Ars Amatoria*, traduções as quais ele faz alusão nos versos iniciais de *Cligés*. Não é improvável que André Capelão tenha lido as obras de Ovídio, ou então tenha tido acesso indireto aos seus enunciados.

Todo discurso é produzido por meio de um já dito: “Todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto. Em lugar da noção de intersubjetividade, instala-se a de intertextualidade” (KRISTEVA, 1974, p. 64). A exemplo disso, o *Tratado do Amor Cortês* parece absorver e transformar os textos de Ovídio, tanto no que se refere ao conteúdo quanto à forma. Porém, outros nomes são citados na obra, tal como Cícero, Sêneca e Horácio. As citações e alusões aos autores da latinidade clássica inserem-se no que já descrevemos como heterogeneidade mostrada e podemos considerar também que, ao utilizar de máximas de diversos autores, André Capelão faz uso da citação de pertencimento: “Nesse tipo de citação, os enunciadores produzem seu discurso com base num discurso segundo, objetivando partilhar do capital simbólico concentrado no interdiscurso” (BARONAS, 2006, p. 159). Ora, a remissão a essas “autoridades” fortalece os argumentos apresentados pelo autor e, por vezes, proporciona-lhe uma conclusão. Quando André Capelão utiliza dessas citações, ele renuncia sua própria autoria em função da autoridade de outro autor.

Por fim, a interdiscursividade e a intertextualidade estão presentes na constituição do *Tratado do Amor Cortês*, sendo importante lembrar que elas se referem a fenômenos distintos e por vezes complementares:

A intertextualidade e a interdiscursividade concernem à questão das vozes [...]. Com efeito, sob um texto ou um discurso ressoa outro texto ou outro discurso; sob a voz de um enunciator, a de outro. A interdiscursividade não implica a intertextualidade, embora o contrário seja verdadeiro, pois, ao se referir a um texto, o enunciator se refere, também, ao discurso que ele manifesta. (FLORIN, 1999, p. 29-36). [...] A intertextualidade não é um fenômeno necessário para a constituição de um texto. A interdiscursividade, ao contrário, é inerente à constituição do discurso [...]. O discurso não é único e irrepetível, pois um

discurso discursa outros discursos. Nessa medida o discurso é social. (FIORIN, 1999, p. 34-35)

Ao entendermos o discurso como social, devemos também considerar as relações dialógicas que o estabelecem. É esse caráter dialógico do discurso que, em *Análise de Discurso*, constitui o seu sentido. Retomando o conceito de dialogismo de Mikhail M. Bakhtin, cada enunciado responde a enunciados precedentes assim como antecipa enunciados posteriores. Dito isto, todo enunciado é um elo na complexa cadeia da comunicação discursiva. Mikhail M. Bakhtin ressalta ainda que as relações com outros enunciados não precisam situar-se necessariamente no plano verbalizado – estilístico-composicional, mas podem ser encontradas no plano semântico-objetival. O objeto do discurso de um dado enunciado está presente como objeto do discurso em outros enunciados e, ainda que ocasionalmente existem elementos originais, podemos considerar que todo objeto advém de uma construção discursiva: “O objeto, por assim dizer, já está ressaltado, contestado, elucidado e avaliado de diferentes modos; nele se cruzam, convergem e divergem diferentes pontos de vista, visões de mundo, correntes” (BAKHTIN, 2011, p. 300). O tema do amor é objeto de diferentes discursos, tal como o discurso cortês, o discurso religioso, o discurso filosófico etc, e seus diferentes pontos de vistas, presentes em diversos enunciados, ecoam no *Tratado do Amor Cortês*. E aqui podemos ressaltar um aspecto de suma importância para a análise da fonte, ainda que dois enunciados sejam estranhos um ao outro, isto é, cada enunciado ignora a existência do outro, ao abordarem o mesmo tema, estabelecem necessariamente relações dialógicas entre si, relações interdiscursivas.

Embora todo enunciado seja inexoravelmente dialógico, a estratégia discursiva adotada determinará se esse dialogismo estará oculto ou não no texto, o que irá caracterizar o enunciado como polifônico ou monofônico respectivamente. A polifonia ocorre nos textos nos quais distinguimos diversas vozes, já os textos monofônicos aparentam a existência de uma só voz (BARROS, 1999).<sup>10</sup>

Como já mencionamos, o *Tratado do Amor Cortês* é notoriamente um texto polifônico que permite ao analista vislumbrar as diferentes vozes orquestradas pelo autor que, todavia, parece perder o ritmo na passagem do segundo para o terceiro livro.

---

<sup>10</sup> Diana Luz Pessoa de Barros (1999, p. 6) ainda sugere que com essa distinção podemos separar os discursos autoritários dos discursos poéticos. Os discursos autoritários são aqueles em que as vozes em conflito são abafadas e com isso o discurso se manifesta como “discurso da verdade única, absoluta, incontestável”, escondem-se as posições divergentes, os choques sociais. Já no discurso poético a ambivalência das múltiplas posições se fazem presentes, evidenciando “a complexidade e as contradições dos conflitos sociais”.

As diversas vozes podem ser escutadas, principalmente, devido à estratégia discursiva do diálogo e dos julgamentos.

Nos oito diálogos presentes no Capítulo VI do primeiro livro, as personagens - sempre um homem e uma mulher - discutem questões amorosas por meio de uma justa de palavras na qual um argumento e seu contrário são defendidos com a mesma persistência, lembrando um torneio. Interessante notar que nos conflitos militares ocorridos no período medieval, a defesa frequentemente possui a vantagem e é considerada honrosa (BARTHÉLEMY, 2010). Nos diálogos, tal defesa cabe à mulher. Além disso, devemos considerar que a “[...] justa de oratórias está de fato no espírito das assembleias da época em que prender o adversário, em suas próprias palavras, para se vingar de um mal sofrido, é um golpe estimado” (BARTHÉLEMY, 2010, p. 429). E, conforme Felix Schösser (1964), assemelhando-se a uma casuística, os diálogos não possuem o aspecto de situação vivida, tanto que já no primeiro diálogo, após a dama ter rejeitado o pretendente idoso, considera-se a situação contrária, na qual o personagem seria demasiado jovem. De qualquer forma, por meios desses personagens podemos verificar uma multiplicidade de vozes e pontos de vista, ora concordantes, ora destoantes.

Já no Capítulo VII do segundo livro, André Capelão insere enunciados supostamente emitidos por renomadas damas que deliberam sobre exemplos teóricos de situações amorosas marcadas por dilemas morais. Os vinte e um “julgamentos de amor” relatados pelo autor são atribuídos a Maria de Champagne (julgamentos I, III, IV, V, XIV, XVI e XXI), a Leonora da Aquitânia (julgamentos II, VI, VII), a Rainha (julgamentos XVII, XIX, XX) que pode ser Adélia de Champagne ou Isabel de Hainaut, mãe e esposa respectivamente do rei Filipe Augusto da França, a Hermengarda de Narbonne (julgamentos VIII, IX, X, XI, XV), a condessa de Flandres (julgamentos XII e XIII) e às damas da corte de Gasconha (julgamento XVIII). Será que essas mulheres proferiram realmente estas sentenças, constituindo uma heterogeneidade mostrada, ou estas foram forjadas pelo autor? Ainda que não seja nosso objetivo responder a essa questão no presente artigo, podemos frisar que, ao citá-los e atribuí-los a essas mulheres, André Capelão parece reconhecer o prestígio que elas detinham na solução das questões amorosas, sendo uma forma de valorização do que está sendo dito.

André Capelão utiliza, assim, de diferentes artifícios discursivos para construir seu texto. Mas segundo Eni Pulcinelli Orlandi, o sujeito enquanto autor deve submeter-se a um dizer padronizado e sua relação com a linguagem encontra-se propícia às injunções sociais. Uma série de exigências é feita ao autor, tal como coerência, respeito às regras textuais e gramaticais, clareza, unidade, não-contradição etc. Ora, essas exigências têm

como propósito tornar o “[...] sujeito visível (enquanto autor, com suas intenções, objetivos, direção argumentativa). Um sujeito visível é calculável, controlável, em uma palavra identificável” (ORLANDI, 2001, p. 78).

Enquanto autor, André Capelão não é facilmente identificável e parece fugir ao controle social ao desconsiderar exigências como “não-contradição”, “coerência” e “unidade”. Sua obra, ainda que compreensível, tornou-se inaceitável pelo bispo Estevão Tempier que a condenou como heresia por portar a existência de duas verdades contraditórias (BURIDANT, 2002). André Capelão apresenta tanto proposições contrárias quanto proposições contraditórias, em especial, no que se refere às relações entre os sexos e às mulheres. As proposições são contrárias quando não são simultaneamente verdadeiras; mas podem ser simultaneamente falsas; já as proposições são contraditórias quando não são nem simultaneamente verdadeiras e nem simultaneamente falsas, em outras palavras, uma é verdadeira enquanto outra é falsa (PLANTIN, 2012, p. 129-130). A existência dessas relações lógicas de contrariedade e de contradição afetam a coerência do texto, de ordem da “textualidade baseada na informação”. E a aparente incongruência da obra ainda é objeto de inúmeras teses.

### Considerações finais

O *Tratado do Amor Cortês* é um texto polêmico cujas luzes lançadas pela Análise de Discurso possibilitam escutar as vozes diferentes e, por vezes, distintas ecoadas na obra. Se antes esta obra nos chamava atenção pela beleza e riqueza do texto, ao exploramos a profusão de vozes orquestrada na composição da obra podemos conhecer o universo discursivo por trás da temática literária do amor cortês.

André Capelão representa, pois, o sujeito dividido, heterogêneo, clivado entre o consciente e o inconsciente. O autor não é um “sujeito adâmico”, origem única de seu dizer, mas uma representação vocal de uma pluralidade de vozes, apresentando discursos distintos que não precisam necessariamente se harmonizar e nem se excluir, expressando assim a polifonia constitutiva do texto.

### Referências

ANDREAS CAPELLANUS. *De amore - Tratado sobre el amor*. Prólogo, trad. castelhana e notas Inés Creixell Vidal-Quadras. Barcelona: El Festín de Esopo, 1985.

ANDRÉ CAPELÃO. *Tratado do Amor Cortês*. Introdução, tradução do latim e notas de Claude Buridant. Trad Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ANDREAE CAPELLANI – REGII FRANCORUM. *De amoré – Libri Tres*. Praefacio, recensuit E. Trojel. München: Wilhelm Fink Verlag, 1972.

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée e hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV – Revue de Linguistique*, n.26, 1982.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Estética da criação verbal*. 6. ed. Prefácio à edição francesa de Tzvetam Todorov. Introd. e trad. do russo Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BARONAS, Roberto Leiser. Bakhtin, Foucault e Pêcheux na Análise de Discurso: problema sociológico ou epistemológico? *Estudos Lingüísticos*, XXXV, p.156-165, 2006. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/rlb.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2015.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, Polifonia e Enunciação. BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Orgs.). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p.1-9.

BARTHÉLEMY, Dominique. *A cavalaria: da Germânia antiga à França do século XII*. Trad. Néri de Barros Almeida e Carolina Gual da Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. Campinas: Pontes, 1988.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Tradução Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. Análise do Discurso: um itinerário histórico. In: PEREIRA, Helena Bonito Couto; ATIK, Maria Luiza Guarnieri (Orgs.). *Língua, Literatura e Cultura em Diálogo*. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2003.

BURIDANT, Claude. Introdução. In: ANDRÉ CAPELÃO. *Tratado do Amor Cortês*. Introdução, tradução do latim e notas de Claude Buridant. Trad Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. IX – LXXVII.

CURTIUS, Ernest Robert. *Literatura Europeia e Idade Média Latina*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957.

DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. Trad. Maria Helena Costa Dias. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

DUBY, Georges. *Eva e os padres – Damas do século XII*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

FIORIN, José Luiz. Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, Diana Luz Pessoa; FIORIN, José Luiz (Orgs.). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p. 29-36.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 9ª ed. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.



FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso*: diálogos e duelos. São Carlos: ClaraLuz, 2004.

HAUSER, Arnold. *História social da literatura e da arte*. São Paulo: Mestre Jou, 1972. v.1.

JUDIC, Bruno. São Martinho de Tours. In: LE GOFF, Jacques (org). *Homens e Mulheres da Idade Média*. Trad. Nícia Adan Bonatti. São Paulo: Estação Liberdade, 2013. p. 22-24

KOCH, Ingedore G. *Desvendando os segredos do texto*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à semiótica*. Trad. Lúcia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LAZAR, Moshe. *Amour courtois et fin'amors dans la littérature du XIIe siècle*. Paris: Klincksieck, 1954.

LE GOFF, Jacques. *Uma longa Idade Média*. Trad. Marcos de Castro. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

LOYN, Henry R. (Org) *Dicionário da Idade Média*. Trad. Álvaro Cabral, revisão técnica Hilário Franco Júnior. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

MAGALHÃES, Ana Paula Tavares (Org). *Linguagem e produção do discurso na História*: fontes, modelos e problemas da Cristandade Latina (séculos V-XVI). São Paulo: Humanitas, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. Heterogeneidade mostrada/constitutiva. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coord Trad Fabiana Komesu. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 261-262.

MELO, Iran Ferreira de. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: Desdobramentos e Intersecções. *Letra Magna*: Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura, Ano 05, n.11, p.1-18, 2009. Disponível em: <http://www.letramagna.com/adeacd.pdf> . Acesso em: 02 fev. 2015.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: BENTES, Anna Christina; MUSSALIM, Fernanda (Org.). *Introdução à linguística*: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. p.101-139. v.2.

NUNES, Elton de Oliveira. Ações de Capelania para a Terceira Idade: implicações para a Capelania Messiânica com a Terceira Idade. *Revista Saberes em Ação*. São Paulo. n. 1. p. 96-110, 2013. Disponível em: [http://www.faculdademessianica.edu.br/revista/?wpfb\\_dl=10](http://www.faculdademessianica.edu.br/revista/?wpfb_dl=10) . Acesso em: 29 abr. 2015.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. 6 ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Texto: formulação e circulação de sentidos*. 3 ed. Campinas: pontes Editores, 2008.

PESSOA, Fernando. *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*. Lisboa: Ática, 1966.

PLANTIN, Cristian. Contradição. CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coord Trad Fabiana Komesu. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1996.

ROBIN, Régine. *História e Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977.

SCHLÖSSER, Felix. Andreas Capellanus, seine Minnelehre und das christliche Weltbild des 12. Jahrhunderts. 2. ed. *Cahiers de civilisation médiévale*, 7e année, n. 27, juillet-septembre, 1964, p. 346-350.